BOLETIM "SERVIÇO

№ 73 • 29 de abril de 2019







Boletim de Serviço é uma publicação do Instituto Estadual do Ambiente , destinada a dar publicidade aos atos administrativos da instituição.
Presidente Claudio Barcelos Dutra
Diretor de Pós-Licença Sergio Câmara Santos de Souza
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas Tiago Ferreira Rangel
Diretor de Gente e Gestão Fernando Gouveia de Holanda
Diretor de Licenciamento Ambiental Alexandre Cruz
Diretor de Recuperação Ambiental Jorge Chaves Júnior
Editado pela Gerência de Publicações e Acervo Técnico (Gepat) Diretoria de Gente e Gestão

SUMÁRIO

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (DILAM) Atos do Diretor

Processo E-07/002.124.93/2014	
Tersitano Empreendimentos Imobiliários LTDA	3
Processo E-07/002.150.33/2013	
Taurus Empreendimentos Imobiliários LTDA	3
Processo E-07/002.100.493/2018	
Trevo da Gigi Com e Locação LTDA	3
Processo E-07/509.407/2011	
Light Serviços de Eletricidade S.A.	3
Processo E-07/002.3656/2017	
Maqloc de Itaperuna Locação LTDA	4
Processo E-07/505.654/2010	
Posto Ouro de Manilha LTDA	4
Processo E-07/101.986/2008	
Auto Posto Top Glória LTDA	4
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAÍA DA ILHA GRANDE (SUPBIG)	
Atos do Superintendente	
Processo E-07/002.1415/2015	
FAF Empreendimentos e Participações S.A	5
Processo E-07/002.309.11/2018	

Manoel Antônio de Marques

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (DILAM) Atos do Diretor

De 24 de abril de 2019

Processo E-07/002.124.93/2014

Tersitano Empreendimentos Imobiliários LTDA

Certificado de Faixa Marginal de Proteção IN048986

Validade: Tempo indeterminado

Concedido Certificado de Faixa Marginal de Proteção (FMP) com a planta em que foi demarcada a FMP do Rio Piabanha, na Rua Desembargador Luiz Antônio Severo da Costa, s/n°, Bonsucesso, Petrópolis, RJ.

De 24 de abril de 2019

Processo E-07/002.150.33/2013

Taurus Empreendimentos Imobiliários LTDA

Autorização Ambiental IN049120

Validade: 24 de abril de 2021

Concedida Autorização Ambiental para supressão de 15,091 ha da vegetação pertencente ao ecossistema de Floresta Ombrófila Densa, sendo 5,465 ha em estágio inicial e 9,626 ha em estágio médio, na Avenida Ana Dantas, s/n° - Área G2 - Xerém, Duque de Caxias, RJ.

De 17 de abril de 2019

Processo E-07/002.100.493/2018

Trevo da Gigi Com e Locação LTDA

Autorização Ambiental IN048427

Validade: 17 de abril de 2020

Concedida Autorização Ambiental para tamponar um poço escavado, de 1,50 metro de profundidade, devido à falta de interesse em continuar explorando o recurso hídrico, na Rodovia Amaral Peixoto, n° 8.976 - Km 87 - Coqueiral, Araruama, RJ.

De 16 de abril de 2019

Processo E-07/509.407/2011

Light Serviços de Eletricidade S.A.

Certidão Ambiental IN048921

Validade: Tempo indeterminado

Concedida Certidão Ambiental que atesta a inexigibilidade de licenciamento para a operação da linha de Ramal ao Consumidor (Raco), de 138kV, na torre 50A do Tronco Meriti, Triagem - Setc Owens Illinois, Jacaré, Rio de Janeiro, RJ.

De 16 de abril de 2019

Processo E-07/002.3656/2017

Magloc de Itaperuna Locação LTDA

Certificado de Faixa Marginal de Proteção IN049093

Validade: Tempo indeterminado

Concedido Certificado de Faixa Marginal de Proteção (FMP) com a planta em que foi demarcada a FMP da Lagoa do Taí Grande, na Estrada do Amparo, s/nº - Imóvel Campo da Praia - São João da Barra, RJ.

Alexandre Cruz

Diretor

.....

De 11 de novembro de 2011

Processo E-07/505.654/2010

Posto Ouro de Manilha LTDA

Certidão Ambiental IN018176

Validade: Tempo indeterminado

Concedida Certidão Ambiental que aprova a extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso para lavagem de veículos e dependências, na Região Hidrográfica V - Baía de Guanabara, isenta de cobrança e da outorga do direito de uso de recursos hídricos, por se tratar de volume insignificante, na Rodovia BR-101 - Km 300,5 - Manilha, Itaboraí, RJ.

De 26 de maio de 2011

Processo E-07/101.986/2008

Auto Posto Top Glória LTDA

Certidão Ambiental IN016717

Validade: Tempo indeterminado

Concedida Certidão Ambiental que aprova a extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso para lavagem de veículos e limpeza em geral, na Região Hidrográfica V - Baía de Guanabara, isenta de cobrança e da outorga do direito de uso de recursos hídricos, por se tratar de volume insignificante, na Avenida Beira Mar, s/n°, Glória, Rio de Janeiro, RJ.

Ana Cristina	Rangel	Henney
Diretora		

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAÍA DA ILHA GRANDE (SUPBIG) Ato do Superintendente

<u>De 10 de dezembro de 2018</u> Processo E-07/002.1415/2015 FAF Empreendimentos e Participações S.A. Notificação SUPBIGNOT/01101829

Validade: 20 dias a contar da data da publicação

Na forma do disposto na legislação ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. notificada de que deverá apresentar à SUPBIG/INEA, no prazo de 20 (vinte) dias, através de meio impresso e em CD, a seguinte documentação:

- 1 Plantas atualizadas, contendo todas as alterações sofridas pela área, como remembramentos, aterros e quaisquer outras incorporações de área. Deverá também demarcar, na mesma planta, as projeções das construções existentes, a linha de Preamar de 1831 e a linha dos Terrenos de Marinha;
- 2 Memorial explicativo do terreno atual, com as possíveis incorporações ao original, com o quadro de áreas, acessos para veículos e demais informações pertinentes ao uso atual do local;
- 3 Comprovação da existência do muro, anterior à promulgação da Constituição Estadual de 1989. Informamos ainda que o não cumprimento dos termos desta notificação sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei 3.467 de 14 de setembro de 2000, sem prejuízo das demais sanções legais, bem como a aplicação da Resolução INEA nº 129 de 03 de dezembro de 2015, publicada no DOERJ de 08 de dezembro de 2015, que no parágrafo 2º do artigo 3º estabelece que:
- Art. 3º Será concedida, independentemente da solicitação do requerente, apenas uma única prorrogação automática, com prazo igual à metade do prazo inicialmente concedido na notificação.
- §1º O INEA poderá prorrogar por período superior à metade do prazo inicialmente concedido, desde que o interessado apresente, dentro do prazo da notificação inicial, requerimento devidamente justificado.
- §2º Em caso de não atendimento da notificação no prazo total estabelecido, o requerimento de licenciamento ambiental deverá ser indeferido pelo Diretor, Superintendente, CONDIR, ou CECA, conforme os critérios estabelecidos no Decreto Estadual nº 41.628/2009, e o processo administrativo arquivado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 3.467/2000.

Sidnei da Costa Machado	
Engenheiro Químico	

De 30 de novembro de 2017

Processo E-07/002.309.11/2018

Manoel Antônio de Marques

Auto de Constatação SUPBIGCON/01017345

Validade: Tempo indeterminado

Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. notificada de que foi lavrado o presente auto pelo não cumprimento ao solicitado na Notificação SUPBIGNOT/01072315, infringindo o Artigo 76, Seção VI – Lei nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, ficando o infrator sujeito à sanção administrativa de multa simples, conforme disposto no inciso II do artigo 2º da mesma lei.

- Art. 76 Deixar, sem justa causa, de cumprir as regulares intimações dos órgãos ambientais estaduais, nos termos do art. 14 desta Lei.
- Multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Fernando Cesar Lazzarotti Técnico Ambiental